

EM NOME DO PROGRESSO: A DESAPROPRIAÇÃO DA VILA SÃO VICENTE PARA IMPLANTAÇÃO DO PERÍMETRO IRRIGADO DO AÇUDE AYRES DE SOUZA (SOBRAL/CE)¹

Fco. Cleuton da Ponte Portela²
Nilson Almino de Freitas³

RESUMO

O artigo tem por objetivo apresentar ao leitor como se deu o processo de desapropriação da vila de São Vicente, composta por diversas comunidades situadas nas margens esquerda e direita do rio Jaibaras, para a construção do Perímetro Irrigado do Açude Público Ayres de Sousa. A referida localidade foi demolida na década de 70 para a implantação de uma política pública do Governo Federal, o Plano de Irrigação do Nordeste.

Palavras Chaves: Seca. Irrigação. Coronelismo. Lugar.

ABSTRACT

The article has for objective to present the reader as if it gave the process of dispossession of the village of Are Vicente, composed for diverse situated communities in the edges left and right of the river Jaibaras, for the construction of the Irrigated Perimeter of the Public Dam Ayres de Sousa. The related locality was demolida in the decade of 70 for the implantation of one public politics of the Federal Government, the Plan of northeast Irrigation.

Words Keys: It dries. Irrigation. Coronelismo. Place.

Introdução

Este artigo é apenas uma amostra do que foi discutido no trabalho monográfico desenvolvido, que pretendeu estudar as memórias dos antigos moradores da extinta comunidade de nome São Vicente, extinta na década de 70, para a construção do Perímetro Irrigado do Açude Ayres de Souza. A referida comunidade pertencia ao município de Sobral, distante 235 km da capital estadual Fortaleza.

¹ O referido trabalho monográfico, apresentado como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais, tem como título “*Adeus casa querida onde vii eu e [meu] pai nascer*” (Sic): *Memórias dos moradores da extinta vila São Vicente no Perímetro Irrigado do Açude Ayres de Souza (Sobral/Ce)*. Orientado pelo Prof. Dr. Nilson Almino de Freitas.

² Fco. Cleuton da Ponte Portela é graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA. E-mail: cleutonpportela@bol.com.br

³ Prof. Dr. Nilson Almino de Freitas é professor do curso de Ciências Sociais- Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA. E-mail: nilsonalmino@hotmail.com

Nesta pesquisa, com o uso das memórias dos moradores, de livros e documentos antigos, conto a versão recebida para o surgimento da povoação, por meio da fazenda denominada “Passagem da Ema”. Logo em seguida faço um breve relato sobre como entrei em contato com meu objeto de pesquisa e toda trajetória percorrida até a efetivação do trabalho. Neste capítulo do trabalho, com a ajuda dos entrevistados, confeccionei um mapa que mostra como era o lugar até o momento da desapropriação. Nele, o leitor pode fazer um passeio imaginativo pela vila, localizar os lugares onde aconteciam as histórias contadas na atualidade pelos antigos moradores, imaginar, através delas, como viviam e por muitas vezes, ver-se caminhando num distraído passeio entre edificações que não existem mais, são apenas ruínas, escombros, que pouco fazem lembrar casas e espaços de convivência dos quais muitos sentem saudades, têm vontade de a eles retornar.

Tendo como base o mapa desenhado, em outro capítulo do trabalho, apresento ao leitor os lugares de memória de São Vicente, as práticas acontecidas nessa pequena parcela do espaço, bem como os personagens, tipos populares que acabaram se destacando, sendo lembrados pelos interlocutores, ex-moradores da comunidade com quem conversei.

No último capítulo do trabalho monográfico por mim desenvolvido, tento mostrar ao leitor como se deu a desapropriação de São Vicente, mostrando seus pressupostos históricos e os atores sociais neles envolvidos, como os coronéis, lideranças locais revestidas de poder político e econômico, e os órgãos públicos. E é justamente sobre essa parte do trabalho que pretendo discorrer de forma bastante sucinta no presente artigo, no qual faço uma síntese de como se deu todo o processo de desapropriação da comunidade.

PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS DA DESAPROPRIAÇÃO DE SÃO VICENTE

A localidade estudada situava-se na margem esquerda do Rio Jaibaras que, represado na década de 30 para a construção do Açude Público Ayres de Souza, distribuía água por toda aquela região por meio de canais de irrigação, construídos entre as décadas de 1940 e 1950 pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCS, irrigando plantações e sítios ali assentados.

A construção das adutoras pelo órgão público era um dos primeiros ensaios da política da irrigação no Nordeste, que visava com o aproveitamento das águas do açude público, promover na região um desenvolvimento econômico através da agricultura irrigada.

Entre as décadas de 50 de 60 a região ora citada passou por um rigoroso controle da água e uma tentativa de racionalização das práticas produtivas. Contou-me uma vez o Sr. Joab Aragão (Morador do distrito de Jaibaras na década de 50), que no reservatório não se podia tomar banho, lavar roupa, pescar ou plantar indevidamente. Havia guardas armados contratados pelo DNOCS que coíbiam esse tipo de prática. Chegavam a prender os transgressores. Para isso existia no distrito de Jaibaras uma espécie de cadeia que era popularmente conhecida por “litro”, hoje abandonada.

Isso acontecia porque no local já existia a política de controle da água que era regulamentada pelo chamado Acordo de Cooperação⁴, uma espécie de contrato anual, firmado entre o Posto Agrícola (uma extensão do DNOCS no lugar) e irrigante (donos de terras). Consta nesse “ACÔRDO”, palavra sempre em destaque com letras maiúsculas, as atribuições do “contratado” e os deveres do “contratante”. Através dele, os cooperantes, como também eram chamados os irrigantes, seriam obrigados a seguir uma série de regras que dizem respeito às práticas econômicas desenvolvidas no local.

Para que o controle fosse efetivado e não houvesse desperdício de água, havia funcionários públicos contratados para desenvolver o trabalho de fiscalização. Mas a referida ação do DNOCS, segundo o mesmo informa em sua home page, em linhas gerais, não foi exitosa. Eis o que afirma:

Todavia, não foi somente a curteza de recursos financeiros que tolheu o florescimento da agricultura por via irrigada. A tal óbice devemos agregar outros, como a pequena rentabilidade do capital aplicado na agricultura, a incapacidade gerencial dos donos de terras, a inexistência de energia elétrica no meio rural, a mão de obra campesina não qualificada e não afeiçoada à faina agrícola; a inexistência de estruturas para estocar, as dificuldades de crédito e

⁴ Tive acesso a esse documento pesquisando no Núcleo de Estudos e Documentação de História Regional-NEDHIR da Universidade Estadual Vale do Acaraú. Lá encontrei um processo judicial de agressão física – iniciado em outubro de 1971 – contra um antigo morador que desobedeceu às determinações previstas no contrato, chegando a agredir um funcionário encarregado de fiscalizar os canais de irrigação DNOCS. Nele encontrei a rara cópia do Acordo de Cooperação sob o qual me refiro agora.

a inexistência de agro-indústrias, e a fragilidade do mercado etc. (DNOCS, [200-])

Nas áreas de sua atuação, as ações desenvolvidas pelo órgão público não estavam mostrando-se satisfatórias. Conflitos sociais, liderados por movimentos rurais como as Ligas Camponesas e sindicatos, estavam surgindo na época, ameaçando o poder da burguesia nordestina, acirrando ainda mais a crise vivida pelo governo brasileiro em função do ainda recente suicídio de Getúlio Vargas, acontecido em 1954. O clandestino Partido Comunista agia. Como uma forma de melhor se sair diante da crise, foi criada no ano de 1959, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE.

Conta Neves (2000) que representantes das elites nordestinas foram os principais adversários à criação da SUDENE. Os motivos apresentarei ainda nesse artigo.

Souza (1979) diz que o objetivo do órgão público seria reduzir o desnível da renda do Nordeste em relação ao restante do país. Segundo ele, o governo estava sofrendo pressões de estudiosos e intelectuais, em função do perceptível desenvolvimento industrial dos estados do Sul em relação aos do Nordeste, o que poderia conduzir a “*irremediáveis antagonismos*”, prova disso foi que 40% dos recursos investidos dos programas e metas do governo de Juscelino Kubitchek (1956-1961) foram para a região Sul do país.

Esse foi um período muito polêmico na história brasileira. A criação da SUDENE era discutida nas universidades. Muitos tinham esperanças de melhoras, outros não. A instituição administraria os recursos financeiros destinados ao Nordeste, seria um órgão independente do governo federal, estadual e lideranças políticas locais, daí o fato de ser indesejada pelas diretrizes nordestinas na Câmara dos Deputados, que não queriam perder o controle político que tinham das verbas destinadas à região.

Cabia a ela ainda a atribuição de criar, adaptar e extinguir órgãos que não estivessem a desempenhar efetivamente seus papéis. Na verdade era a grande rival, aquela que fazia forte crítica às ações do DNOCS. Tachava de ultrapassados os estudos e obras por ele feitos, os quais até aquelas alturas muito gastara na tentativa de solucionar um problema que não tinha deixado de existir, contrariando com os objetivos propostos no momento de sua criação, por meio da chamada “solução hidráulica”, construção de açudes, poços e estradas.

Diniz (2002) afirma que a proposta de trazer desenvolvimento econômico para o Nordeste foi a forma que o Governo Federal achou de manter-se no poder. Deixando de defender os interesses das “classes dominantes” para surgir como mediador dos conflitos, com o intuito maior, segundo ela, de desarticular os movimentos organizados.

De acordo com o que diz a home page do DNOCS, após o golpe de 64, a liderança do DNOCS passou a ser ocupada por “*figuras de vários militares ilustres, mas, infelizmente não suficientemente versados sobre a problemática nordestina*” (DNOCS, [200-]). Nessa mesma época, segundo Diniz (2002), a SUDENE tem reduzida sua importância política, já que o Estado buscava satisfazer os anseios da burguesia e dos proprietários de terra. Dessa vez, o órgão encarregado de distribuir verbas públicas para o Nordeste estabeleceu as chamadas “áreas críticas”, onde deveria atuar. Essas áreas nem sempre correspondiam aos lugares com poucas ou sem precipitações de chuva. Seriam também regiões passíveis de conflitos sociais, onde havia massas de moradores mobilizados.

Segundo Neves (2000) a instituição passou a favorecer o esquema paternalista dos coronéis, quando repassava as verbas às prefeituras dos municípios onde se encontravam essas “áreas críticas”. Os grupos políticos locais passaram a usar esse dinheiro, emprestado a fundo perdido, como forma de promoção política.

No início da década de 70, no governo do militar Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), o Brasil vivia o auge da “linha dura” do regime militar, que não admitia correntes de pensamento contrárias ao sistema vigente, usando a repressão e a censura como forma de combatê-las. Em função disso, segundo Skidmore (1988), esse período foi de relativa calma.

O Brasil estava vivendo o “boom” econômico, mostrando o mais alto crescimento desde os anos 50. Foi nesse período que foram implementadas as primeiras políticas do governo com o intuito de projetar a região Norte e Nordeste no cenário econômico nacional, através da construção da rodovia transamazônica, do Programa de Redistribuição de Terra e de Estímulo à Agroindústria no Norte e Nordeste-Proterra e do Programa de Integração Nacional-PIN.

O então presidente fez viagens à região Nordeste, inclusive ao Estado do Ceará, em junho de 1970, ano de eleições municipais, com o intuito de ver de perto os sofrimentos da população castigada pela seca.

O Jornal Correio da Semana em 1970 já informava o interesse do governo manifestado pelo Plano de Irrigação do Nordeste. Eis a seguir a reportagem do dia 08 de agosto do referido ano:

Os principais objetivos do Plano de Irrigação do Nordeste são os seguintes: 1) Criar explorações agrícolas economicamente estáveis e independentes das variações climáticas, que atuarão como catalisador na introdução de capital privado, representado por indústrias de transformação e atividades comerciais, na área de influencia dos projetos; 2) Demarcar um processo de valorização cumulativa do homem e da terra, com base na água, transformando esses fatores em força propulsora de desenvolvimento de novas comunidades; 3) Aumentar a renda 'per capita', reduzindo as disparidades entre o setor agrícola e os demais setores, incorporando o homem do campo à economia nacional; 4) Dar início a uma efetiva política de aproveitamento dos recursos da água e solo, dando-lhe um sentido social e econômico; 5) Interiorizar o processo de desenvolvimento.

O Plano de Irrigação do Nordeste será desenvolvido no decorrer do quadriênio 1971/74, atingindo uma meta total de implantação de 135 mil hectares, agrupados em mais de 50 projetos. (Jornal Correio da Semana, 08 de agosto de 1970)

O Plano de Irrigação do Nordeste, pelo que informa o web site do DNOCS, foi idealizado pelo Grupo Executivo de Irrigação e Desenvolvimento Agrário-GEIDA, do Ministério do Interior-MINTER. Sendo supervisionado pela SUDENE e, tendo o DNOCS como órgão público responsável por sua implantação, assistência técnica e financeira, era um projeto audacioso porque acreditava que os açudes públicos seriam a base de uma economia promissora, que não seria abalada pelo problema das secas que castigam o Nordeste brasileiro desde o início de sua história.

Pontes (1979) afirma que a criação dos perímetros irrigados consiste na passagem de uma economia agrária tradicional para uma capitalista, caracterizando uma otimização no uso da água e do solo.

Tendo como fundamentação jurídica o Estatuto da Terra (Lei n.º 504, de 30 de novembro de 1964), o chamado “programa de valorização hidroagrícola”, implantaria um Perímetro Irrigado sob os cuidados do poder público, o qual seria um sistema revolucionário, que pretendia através da chamada colonização, promover a área a um desenvolvimento econômico nunca visto antes.

A colonização, no caso específico do Perímetro Irrigado estudado, pretendia por meio da desapropriação, dividir as terras irrigadas em lotes iguais, onde seriam inseridos grupos familiares que, munidos de modernas técnicas agrícolas e pecuárias, poderiam alcançar notáveis rendimentos financeiros, contribuindo assim para o desenvolvimento da região Nordeste, umas das principais metas do governo do presidente militar Emílio Garrastazu Médici.

Nota-se aqui o capitalismo invadindo as instâncias rurais: os irrigantes agindo como pequenos capitalistas, subordinados ao sistema econômico, já que necessitavam de seus equipamentos e insumos no momento da produção.

Deixaram de ser explorados pelos grandes donos de terras, para serem dependentes, tanto do capital financeiro, ao contrair empréstimos em bancos, quanto do capital industrial, quando se tornam dependentes de equipamentos cada vez mais modernos para a aceleração da produção.

Seriam ainda controlados pelo Estado, através das cooperativas, que funcionariam como mediadoras no processo de produção e comercialização. Nesse caso, o papel paternalista dos coronéis estaria sendo substituído pelo Governo e seus representantes, que davam assessoria técnica e administrativa.

Diniz (2002) afirma que o interesse do governo estava longe de uma democratização do acesso à terra. Na verdade visava “modernizar” a produção rural. Ilustra a afirmação informando que a quantidade de famílias expulsas de suas terras é superior à de famílias de irrigantes alojadas nos Perímetros Irrigados.

No estudo do Perímetro, nada melhor que recorrer aos documentos do próprio DNOCS, nesse caso, o Projeto Executivo. Eis a seguir o que reza o documento oficial.

O PROJETO EXECUTIVO DO PERÍMETRO IRRIGADO AYRES DE SOUZA

No Projeto Executivo ou no também chamado de “*estudo de valorização hidro-agrícola do perímetro*”, o leitor poderá ter acesso a variadas informações que tangem a elaboração e implantação do Perímetro Irrigado do Açude Ayres de Souza. Elaborado em exatamente um ano, iniciou em agosto de 1971, por meio do contrato PG-09-71 (Sistema Cost-Plus) celebrado entre SCET-COOP/SIRAC/CONESPLAN⁵ e DNOCS. O último, por meio da 2ª Diretoria Regional disponibilizou técnicos para a fiscalização das atividades.

Nesse período, o engenheiro natural de Crateús-Ce, José Lins de Albuquerque – estudioso da irrigação, que escreveu diversas obras sobre o assunto, sempre ressaltando a necessidade de desenvolvimento da região Nordeste brasileira – era Diretor Geral do DNOCS, ocupando o posto até 1974.

Segundo Brasil (1972) a implantação do “projeto de valorização hidroagrícola” no Perímetro Irrigado adequava-se às perspectivas do Plano de Irrigação do Nordeste, que visava reduzir os problemas sócio-econômicos existentes na referida região.

De acordo com o estudo, o Nordeste seria subdesenvolvido em função das condições climáticas e da “*estrutura arcaica da maioria das explorações agrícolas*”, cuja exploração e distribuição de terras ainda baseava-se na dos tempos da colonização brasileira, “*com uma disposição ao longo dos rios sob forma de faixas, cuja largura varia em função das heranças sucessivas*”. Segundo o mesmo relatório, essas explorações não dispunham de recursos financeiros suficientes para promover sua modernização que, segundo ele, não poderia ser feita “*sem intervenção do poder público*”.

Aqui o Estado surge como elemento ordenador e único redentor do Nordeste, porque segundo o documento, somente ele disporia de recursos para promover uma modernização da região.

O estudo do referido Perímetro Irrigado inspirava-se nas realizações no DNOCS, visando a utilização racional dos recursos hídricos, no Vale do Banabuiú e Planície de Icó.

Analisando os dados mostrados pelo Projeto Executivo agora estudado, pode perceber que, paralelo ao enaltecimento da política pública e as expectativas de progresso

⁵ Siglas com significado desconhecido.

para a área, há uma forte tendência a menosprezar o presente e o passado do lugar, levando sempre a crer no seu subdesenvolvimento humano, tecnológico e econômico.

Das 144 propriedades atingidas pelo Perímetro, apenas 4,2% era inexplorada, 72,9% era explorada pelos seus respectivos proprietários, sendo os 22,9% restantes utilizadas em parceria, por arrendamento e formas conjuntas.

Dentre as referidas propriedades onde 95,8% era produtiva, 56,6% foi adquirida via compra, sendo que 54,7% dessas transações foram feitas há mais de dez anos anteriores à elaboração da referida pesquisa na área. Os 43,4% restantes das terras giravam em torno da herança, sendo: 26,6% delas adquiridas via herança, 10,5% contraídas por compra de parte de herança e 6,3% em processo de herança.

O que pode ser observado nas presentes informações é que, a propriedade que destinava-se ao desenvolvimento da pecuária extensiva, transmitia-se pelos laços de parentesco via herança, girando em torno dela os 43,4% das propriedades da área.

Se 56,6% das propriedades foram adquiridas via compra e 54,7% desse percentual equivale a transações realizadas há mais de dez anos, posso deduzir que aproximadamente 80% das propriedades desapropriadas eram ocupadas por moradores em tempo superior a dez anos. Isso sem desprezar os casos que ultrapassam em muito essa média de tempo, mostrando que a população de São Vicente e povoados circunvizinhos era veterana, tinha tempo necessário para construir vivências que lhes possibilitassem um sentimento de pertença.

A produção agrícola do lugar era de 60% de origem animal e 40% de origem vegetal. Dessa última, 37% advinha do consórcio milho-feijão ou algodão-milho-feijão, 20% capim, 14% banana, 12% coco e 17% outras culturas. Mostrando esses dados o relatório afirma:

Convém assinalar que a venda de coco representa quase 50% em valor, da produção vegetal comercializada. A pecuária praticada na região é do tipo extensivo, sem nenhuma especialização, seja para leite, seja para carne. Os métodos empregados não são racionais e os rendimentos obtidos são baixos. (BRASIL, 1972, TOMO 1-A, p. 8)

Os dados mostram que, embora equivalendo a 12% da produção vegetal do lugar, o coco, em termos de valores, liderava na produção do lugar, mostrando-se ser a mais lucrativa para a região.

Segundo levantamentos feitos pelo projeto executivo do Perímetro Irrigado, na área havia o criatório de animais, entre eles: 4.125 bovinos, 50 bois de trabalho, 108 eqüinos, 69 muares, 491 asininos, 1.922 ovinos, 346 caprinos, 461 suínos e 3.940 galináceos. Dados que levaram o relatório a afirmar:

Com relação ao criatório praticado na área, foi constatada a existência de uma pecuária extensiva sem nenhuma especialização, seja para carne ou leite. Os métodos empregados não apresentam nenhuma técnica racional e os rendimentos obtidos são muito baixos. (BRASIL, 1972, TOMO 1-B, p. 23)

O que pode ser percebido em alguns trechos do referido projeto é que há o constante uso de dados quantitativos sem estarem acompanhados de suas devidas análises. Eles, muitas vezes apresentam ausência de informações necessárias que facilitam sua compreensão, apresentando dados inconsistentes e frágeis na tentativa de reforçar uma idéia de subdesenvolvimento do local onde iria ser implantada a política pública.

No Perímetro Irrigado do Açude Ayres de Souza foi prevista a divisão em “*explorações familiares*” que assegurariam “*pleno emprego*” de uma família com dois trabalhadores ativos, participação eventual de parentes e de mão de obra assalariada, caso fosse necessária, visando aumentos “satisfatórios e incitativos” nas rendas individuais e a “*valorização da jornada de trabalho igual a 2 ou 3 vezes o salário mínimo local*”.

O projeto era considerado original em função da possibilidade de associação ao Perímetro Irrigado as áreas secas atingidas pelo projeto de irrigação, ou seja, não visava somente o uso racional das áreas irrigáveis, banhadas pelas águas do rio Jaibaras, mas também, “*as terras secas situadas na orla das aluviões*”. Dessa associação “*seco-irrigado*” poderia ser constatada a vocação principal do Perímetro que é a produção forrageira na criação de gado leiteiro.

Segundo o projeto, “*essa associação apresenta numerosas vantagens, tanto econômicas como sociais*” porque, usando as águas do Açude Público Ayres de Souza,

bacia hidrográfica com 1.100 km² de superfície, poderia produzir durante todo o ano, forragem irrigada, por meio do sistema gravitário. A produção seria independente das condições climáticas, permitindo melhores rendimentos na estação seca. Ainda poderia ser alojada uma quantidade superior de agricultores, num modelo igualitário, evitando conflitos sociais.

Ainda segundo o documento, estando o Perímetro localizado próximo de grandes centros consumidores como Fortaleza e Teresina, sua produção leiteira teria “*fácil escoamento*”, poderia ser comercializada, por exemplo, no município de Sobral, com usina de beneficiamento de leite com capacidade ociosa de 60% em função da escassez de leite cru.

Como pode ser visto, este era um projeto bastante audacioso e revolucionário, não só para a época, mas ainda para a atualidade, pois quebraria o sistema de estrutura agrária predominante no Brasil desde o período de sua colonização. A seguir farei uma breve reflexão sobre esse olhar progressista do técnico sobre a área banhada pelas águas do açude Ayres de Souza.

UM BREVE OLHAR SOBRE A PERSPECTIVA TÉCNICA

Foi assim que se deu a intervenção do Estado na localidade. Com a proposta de modernizar, desapropriou extensa área produtiva, culminando na retirada de centenas de pessoas que viram suas casas, plantações e uma vila inteira sendo demolidas, um claro exemplo da desterritorialização analisada por Haebaert (2006).

O autor atém-se a analisar a modernidade através de sua principal marca, o constante processo de des-re-territorialização – desconstrução e reconstrução de um mesmo espaço, concreto ou abstrato – vivido pelo mundo, desde finais da década de 60, quando surgiu nova visão sobre as ações políticas, econômicas e sociais.

Segundo Haebaert (2006), a racionalização que a modernidade nos trás carrega em si o mito da revolução e do domínio técnico-racional do mundo.

O autor, com uma reflexão muito mais direcionada ao macro, visa “desconstruir” os discursos em torno da desterritorialização, à qual afirma tratar-se de um mito, porque,

segundo ele, consolida-se como “*uma recusa em reconhecer ou uma dificuldade em definir o novo tipo de território, muito mais múltiplo e descontínuo, que está surgindo*” (HAEBART, 2006, p. 143).

Diante do que foi apresentado, onde atendo-me às prerrogativas do órgão público, por meio de informações levantadas por especialistas, para a implantação do Perímetro Irrigado, reporto-me a Certeau (1998), que faz reflexão similar à de Gidens (*apud* HAEBART, 2006), quando este trata sobre o técnico, o perito, o *expert* e o poder que ele tem sobre as práticas sociais. O perito, dentro de suas atribuições, possui competência para atuar em determinado ramo da ciência, dentro do qual é qualificado como especialista.

O autor faz forte crítica ao perito, quando este, ao deparar-se com suas fragilidades, em função da competência que possui, pronuncia-se sobre aquilo que desconhece, não por competência, mas pela autoridade sob a qual está revertido, sendo apenas transmissor do discurso da ordem sócio-econômica. A autoridade confere influência e prestígio, usando dela, ele fala como um cidadão comum, não pelo saber, fugindo assim do campo científico. Sobre isso Certeau (1998) relata:

Mediante curiosa operação, que ‘converte’ a competência em autoridade. Existe um intercâmbio de competência por autoridade. No limite, quanto maior a autoridade do perito, menor a sua competência, até o ponto em que seu fundo se esgota, como a energia necessária para o lançamento de um projétil. Durante o tempo desta conversão, não fica sem competência (tem que ter uma, ou ao menos fazer crer que tem) mas abandona aquela que possui à medida que a sua autoridade se estende para mais longe, exorbitada pela demanda social e/ou responsabilidade políticas. Paradoxo (geral?) da autoridade: ganha o reconhecimento precisamente por um saber que lhe falta no terreno onde se exerce. (CERTEAU, 1998, p. 66-67)

O autor afirma que o perito ganha autoridade no momento em que lhe falta um saber e quanto maior a autoridade recebida, menor é sua competência. A isso Certeau (1998) qualifica como “*abuso de saber*” onde o poder da lei retira do indivíduo sua competência, com o intuito de “*instaurar ou restaurar o capital de uma competência coletiva*”, ou seja, visando o bem comum da sociedade ou de uma classe isolada.

Trazendo essa reflexão para a situação abordada, no caso específico do Projeto Executivo do Perímetro Irrigado do Açude Ayres de Souza, há uma clara tentativa da parte do órgão público (DNOCS), por meio das instituições encarregadas de elaborá-lo, de mostrar estudos racionais. Neles pode ser visto um vasto levantamento de toda estrutura física local: solo, água, relevo, vegetação, bem como os potenciais da área e as possibilidades de nela ser implantada uma política pública exitosa. Até aí o técnico age dentro de seu campo de atuação.

Acontece que um ano, o tempo de estudo para elaboração do Projeto Executivo do Perímetro Irrigado, é insuficiente pra se dar conta de uma realidade social tão ampla, com dados tão dispersos. Daí a existência de informações tão frágeis que legitimam a revolta de alguns moradores e a suspeita que muitos têm de fraudes.

O técnico, quando despreza a realidade social do local, não levando em consideração as particularidades do micro, onde será implantada a política pública, para atender uma ordem abrangente, de âmbito nacional; quando qualifica como viável a implantação de uma política pública, em função do prestígio adquirido, legitimando um discurso corrente, como foi o do governo dos militares, de progresso a todo custo, nesse momento, foge de sua alçada.

As intervenções e artifícios dos moradores, 71% analfabetos ou semi-analfatebos, tornam-se insignificantes diante da autoridade do perito que lhe permite ultrapassá-la, como se não tivesse valor, pois é imune a qualquer questionamento. Em função disso, pode sim decidir os destinos de muitos em nome do tão nobre “bem comum”. Isso me faz lembrar o que diz Habermas (*apud* HAEBERT, 2006), “a ciência e a técnica tornam-se a principal força produtiva”, ou seja, a “consciência tecnocrática” legitima a dominação e coíbe as manifestações dos indivíduos diante de intervenções que recaem sobre eles. A seguir apresentarei como os ideais tecnocráticos chegaram de forma drástica sobre a vila de São Vicente, interferindo no cotidiano de seus moradores, culminando em sua desapropriação.

A DESAPROPRIAÇÃO DA VILA DE SÃO VICENTE

A desapropriação do perímetro irrigado do Açude Ayres de Souza, atingiu a vila de São Vicente e os povoados chamados Malhada de Baixo, Riacho dos Bois, Saquim e outros, lugares onde, segundo o Projeto Executivo, já aqui analisado, abrigava 1.468 habitantes, residindo em propriedades com tamanho médio de 66,5 ha.

Aquela vida pacata de antes foi substituída pelas discussões sobre a intervenção governamental. Aqueles que viviam alheios à política passaram a discutir as questões com fervor. Eles queriam uma explicação plausível pra tudo isso. Palavras como desapropriação, latifúndio, minifúndio, lei, irrigação, entre outras, eram novidade para muitos.

Surgem no lugar pessoas nunca antes vistas. Aviões sobrevoavam a área. Tudo ali quebrava a rotina que dessa vez nunca mais seria a mesma.

O acontecimento pode não ter sido um fato histórico, de âmbito nacional, mas, segundo contam ex-moradores, São Vicente, dessa vez, era página de jornal, aparecia na televisão. Exemplo disso é a reportagem do Jornal Correio da Semana, do dia 31 de maio de 1975, que anuncia a vinda do Diretor Geral do DNOCS, Dr. José Osvaldo Pontes, à Sobral no dia 03 de junho do mesmo ano para proferir conferência no auditório da faculdade de Filosofia, abordando “A Política de irrigação do DNOCS”. Essa conferência trataria sobre a montagem de núcleos, frutos de uma desapropriação, que inseriria colonos nos então distritos sobralenses Forquilha e Jaibaras (São Vicente). Eis um fragmento da referida reportagem:

O Projeto de irrigação de Forquilha tem uma área estudada de 3.415 hectares, sendo que a área do projeto será de 218 hectares, enquanto a área seca abrangerá 3.015 hectares. A irrigação será feita por gravidade, tendo como fonte hídrica o açude Forquilha, com 50 milhões de metros cúbicos d'água. O estudo da eviabilidade do Projeto Forquilha já foi concluído, o mesmo ocorrendo com o Projeto Executivo. Terá 120 colonos instalados.

O Projeto de Irrigação Ayres de Souza contará com 201 famílias de irrigantes estando já concluído o reconhecimento da fonte hídrica, que será o Açude Ayres de Souza com 104 milhões de metros cúbicos. A área irrigável será de 615 hectares, com 7 mil 197 de área seca. (Jornal Correio da Semana, 31 de maio de 1975)

O transtorno da retirada mexeu com a rotina dos moradores do local e dos municípios ao seu redor, que comentavam sobre isso com emoção e curiosidade de saber o desfecho daquela história.

A desapropriação já era certa. Alguns moradores lutavam para que ao menos a vila de São Vicente não fosse demolida. O DNOCS deixou a decisão a critério da população, segundo o Sr. Nazo Bezerra (comerciante, ex-morador de São Vicente), sob a condição de que a vila ficaria cercada, delimitando o espaço da localidade e o espaço do perímetro irrigado, impossibilitado-a de se desenvolver, expandir-se geograficamente.

Após um período de resistência, em votação, a maioria dos moradores acabou aceitando que tudo fosse desapropriado e demolido. Essa decisão foi motivo de conflitos entre os moradores que votaram à favor da demolição da vila e os que mostraram-se contra. Conflitos esses que até hoje mantêm-se, conservam-se em forma de mágoas e intrigas.

O processo de indenização dos moradores passou por diferentes etapas. A cada mês saía o pagamento de um grupo de pessoas, levando cerca de quatro anos para ser concluído.

Dona Maria Nelsa Linhares (aposentada, ex-moradora da Malhada de Baixo) conta a respeito da indenização recebida:

Aí nós, pra nós ver se dava mais dinheiro, aí tinha as casa mais ruim, foram rebocar, foram cimentar, pra valorizar... pra ver se dava mais dinheiro e eles deram nada, não deram valor de nada (...) ali foi um trator nos sítios que num ficou nada, nada, nada, nada (...).(Palavras de Dona Maria Nelsa Linhares, em entrevista realizada no dia 12 de novembro de 2004)

E acrescenta...

A indenização não valeu nada, não deu pra comprar uma casa. Eles não pagaram parcelado não, mas eles não pagaram o que valia. (Palavras de Dona Maria Nelsa Linhares, em entrevista realizada no dia 12 de novembro de 2004)

Dona Heronildes Linhares (aposentada, ex-moradora de São Vicente) confirma o que foi dito pela ex-moradora:

(...) o dinheiro que deram foi uma coisa muito pouca, muito demorada, nós vendemos porco, nós vendemos ovelha que nós tinha lá, galinha, pato, peru, tudo se criava dentro assim do quintalão grande. (Palavras de Dona Heronildes Linhares, em entrevista em maio de 2006)

Percebe-se na fala de Dona Maria Nelsa Linhares, a tristeza em abandonar seu lar e a terra em que havia nascido, justificando o drama vivido por Dona Heronildes Linhares, de vender seus bens e reconstruir a vida num novo lugar.

Junto com esses sentimentos, notam-se táticas da população com o intuito de ganhar mais dinheiro com a intervenção governamental, reformando suas casas para assim valorizar seu patrimônio. Mas isto, segundo a entrevistada, de nada adiantou, pelo menos nos casos relatados por ela. Dona Heronildes ainda relata que houveram pessoas que enriqueceram construindo casas, em outros lugares, com os restos das edificações demolidas deixados na área desapropriada pelos seus antigos donos.

Como diz Certeau (1998), “*a tática é a arte do fraco*”. Marcada pela astúcia, muitas vezes é a única forma de beneficiar-se. As táticas são práticas desviacionistas que acabam passando despercebidas ou ao menos não conseguem ser controladas pelos órgãos repressores. Acontece no momento que esse poder torna-se fraco.

A desapropriação era certa, não havia como evitá-la. Restava aos populares prejudicados por ela, usar a astúcia como forma de beneficiar-se.

Muitos moradores, após receberem a indenização, utilizaram aquele dinheiro para “refazer” a vida. Existem muitos que atualmente vivem em boas condições financeiras, melhores que a que viviam. Para estes a desapropriação representou ascensão financeira. Mas há casos de pessoas que perderam todo patrimônio que possuíam.

Com a desapropriação, entre 1972 e 1975, a água que irrigava os sítios, vinda do açude Ayres de Souza pelos extensos canais do DNOCS⁶, foi suspensa para que todas as plantações ali existentes morressem de sede. Nenhum sítio ficou de pé, pois com a saída dos moradores, todas as plantas frutíferas, já mortas por falta d' água, foram derrubadas pelos tratores de empreiteiras contratadas pelo órgão-público, antes e depois de a população

⁶ Uma considerável e extensa parte desses sólidos canais de irrigação até hoje se encontra desativada e sem utilização.

do lugar ir embora. Segundo Teresinha Ferreira da Ponte, moradores que ali retornavam, chegavam a perder-se nos lugares que lhes pertenciam, onde viviam antes da demolição.

Segundo relatos de ex-moradores entrevistados, deixar a casa que os vira nascer, abandonar a terra de onde tiravam sustento, apartarem-se do lugar onde havia construído amizades e vivências que nunca seriam esquecidas, tudo isso era motivo para a população justificar o drama de abandonar São Vicente e os povoados circunvizinhos.

Enquanto o órgão público, através da 2ª DR (Diretoria Regional-Estado do Ceará), surgia com uma proposta de progresso e desenvolvimento para a área, havia a justificativa de alguns moradores, do apego à terra, aos vizinhos, a luta pelo local de subsistência, que em momento nenhum foram levados em conta.

Eis a seguir os relatos de Dona Maria Nelsa Linhares referindo-se ao fato ocorrido com um ex-morador da Malhada de Baixo diante da perda de suas terras:

O Rogério (nome fictício)⁷, para sair de lá quase ele fica doido, ele ficou perturbado (...) por que o sítio dele era muito bom, era muito grande, ali pra trabalhar pra comer não precisava mais de trabalhar, não precisava mais de nada. (Palavras de Dona Maria Nelsa Linhares, em entrevista)

Em outras palavras, por viver em boas condições financeiras, enfrentou fortes distúrbios emocionais, que o conduziram à depressão.

Benjamim Ferreira da Ponte relata casos de moradores de morreram soterrados, debaixo dos escombros de suas casas, em busca de recolher o material para fazer nova moradia.

Zé Raposa (falecido, ex-morador de São Vicente), em verso despedindo-se do lugar onde vivia, fala da “*grande emoção*” sentida ao abandona-lo “*com lágrimas sentimentais*”. Fala também da “*aflição*” dos moradores que em agosto de 1975 “*sairam enxugando lágrimas*”, insatisfeitos por estarem saindo do seu lugar, nas palavras do autor, “*a contra-gosto*”.

O verso mostra que o abandono da comunidade, onde o morador conhecia seus conterrâneos e mantinha um vínculo afetivo com eles, causava imenso trauma neste que

⁷ Preferi dar um nome fictício à pessoa citada como uma forma de zelar pela sua privacidade.

partia “*para terra estranha bem distante*”, sem ninguém lhe conhecer, incerto de que no novo lugar de morada, novos amigos acharia.

Naquele momento, o único refúgio para o autor era Deus, por isso lhe pedia coragem para despedir-se dos amigos e dar “*um adeus pra nunca mais*” àquele lugar, prevendo que jamais voltaria a morar ali. Hoje isso pode ser comprovado. Zé Raposa faleceu há alguns anos no município de Cariré-Ceará.

Zé Raposa também justifica a dor da perda pelos momentos bons vividos na vila, quando recorda da igreja e dos domingos, do tempo que lá ia rezar aos pés da Virgem Maria, quando lembra do tempo da mocidade e dos momentos felizes vividos debaixo do tamarindo, das pescarias nos poços, dos dias que caçava, dos coqueirais, canais, bananeiras, do seu sítio, o seu torrão adorado.

O autor demonstra seu amor ao lugar, usando metáforas para expressar ao leitor o seu sentimento, adorando coisas tidas como supérfluas para muitos como as pedras, simplesmente por pertencerem à extinta vila, e finaliza, despedindo-se das coisas suas que lá iriam ficar como prova de sua passagem por ali:

Me despeço do meu pobre casebre/
Das paredes, do piso, do pilão/
Me despeço dos cacos de panela/
E me despeço da cinza do fogão/
E nisto eu dou um suspiro e um gemido/
E vou partir com uma dor no coração. (Trecho do verso de Zé Raposa escrito no dia 25 de setembro de 1975, despedindo-se de São Vicente, onde residia)

Dizia Martins (2002), “*o medo não faz esquecer, mas silencia*”. Todo esse processo de desapropriação aconteceu no auge da ditadura militar. Temendo alguma retaliação por parte de forças repressoras, o que era muito comum na época, inúmeras famílias decidiram acatar a decisão federal. Foram obrigadas a abandonar as terras que há séculos lhes pertenciam, levando em consideração grupos familiares que ali residiam desde o início da colonização da área, em finais do século XVII. Isso pode ser percebido na fala de Gerardo Ferreira da Ponte (falecido, ex-morador da Malhada de Baixo) que diz: “*e assim, como Jesus Cristo fugiu com medo dos inimigos e dos judeus, nós precisamos fugir com medo das forças do governo*” (*Palavras de Gerardo Ferreira da Ponte gravado em fita k7 no dia 21 de junho de 1976*). Vê-se na simplicidade de suas palavras uma tentativa de expressar o

medo, sua impotência diante da força da coisa pública, o ressentimento sentido, o grito de denúncia e, conseqüentemente, a sede de justiça.

Muitos, praticamente sem nada entender dos reais motivos da desapropriação, deixaram suas casas com lágrimas, enquanto uns saíram daquele lugar com esperança de melhoras devido ao dinheiro que havia recebido como indenização, acreditando que após a desapropriação seriam empregados com carteira assinada nas empresas que o DNOCS levaria para lá.

Uma quantidade considerável de prédios antigos foram destruídos de acordo com os relatos de entrevistados. Estes, ainda afirmando isso, não sabem informar o tempo em que os mesmos foram edificadas.

As pessoas residentes nas terras desapropriadas tomaram rumos variados. Há aquelas que os ex-moradores entrevistados não sabem informar dos seus paradeiros. Entre os destinos mais procurados estavam o município de Sobral, Mucambo, Cariré, Varjota, Forquilha, Frecheirinha, Fortaleza, Teresina, Parnaíba (Estado do Piauí) e o distrito de Jaibaras-Sobral. Este último, que segundo o Periódico Correio da Semana de 12 de janeiro de 1971, tinha 257,2 habitantes, após o fato muito cresceu em população. O desenvolvimento sócio-econômico alcançado anos após a desapropriação estudada colocou o distrito entre os maiores e mais importantes do município de Sobral.

Muitos agregados dos fazendeiros, operários e moradores, acompanharam seus patrões em suas novas propriedades. Uma reafirmação do paternalismo muito comum no lugar.

No período em que acontecia a desapropriação de São Vicente, o favor de lideranças políticas aliadas, em Sobral e cidades circunvizinhas, foi crucial para moradores que se viram sem perspectiva de trabalho e moradia. Isso proporcionou a lealdade política de grupos de ex-moradores da vila estudada à essas lideranças.

Informações existentes no website do DNOCS⁸ garantem que o processo de implantação do Perímetro Irrigado iniciou em 1974 e foi concluído em 1978. Já os “*serviços da infra-estrutura de uso comum*” foram iniciados em 1977.

⁸ Disponível em <http://201.30.148.11/~apoena/php/projetos/projetos.php>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando o caso específico do Perímetro Irrigado do Açude Ayres de Souza, pode ser visto um claro exemplo de desterritorialização vivida pelos ex-moradores de São Vicente. Não tão severa como a destes, os novos moradores da comunidade, chamados “colonos”, também sofreram o mesmo processo e, como diz Ortiz (*apud* HAEBAERT, 2006), ao abandonarem seus lugares de origem, sofreram os efeitos da modernidade manifestados pela mudança em seus costumes e práticas, para se adequarem “a uma organização racional de suas vidas”, onde estavam submetidos à um “espaço disciplinar” de controle e vigilância, tão enfatizados por Foucault (*apud* HAEBAERT, 2006).

A sensação de desencaixe, definida por Giddens (*apud* HAEBAERT, 2006) como sendo “o `deslocamento` [lifting out] das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de espaço-tempo”, foi claramente vivida principalmente por aqueles que foram obrigados a abandonar suas casas e propriedades, o espaço onde os mesmos viviam, palco das práticas cotidianas.

O Perímetro Irrigado estudado, que passou por severo processo de desterritorialização e reterritorialização, foi construído no lugar onde antes era a comunidade de São Vicente e povoados circunvizinhos. É um dos 14 implantados no estado do Ceará. Desses, apenas três têm direcionamento à política empresarial. Todos eles reordenaram espaços, expulsaram um grande contingente de pessoas dos seus lugares de origem, ou seja, das áreas desapropriadas, causando, em função da sensação de desencaixe, traumas irreparáveis.

Os perímetros com base na produção familiar, como é o caso do Perímetro Irrigado do Açude Ayres de Souza, recolocaram ali um número inferior de moradores, que longe estão de atingir a produção prevista no período em que foram implantados, muito menos à que foi expulsa da área, e isso está às vistas das pessoas, não trata-se de um julgamento meu.

Eis um forte indício da falta de planejamento, de ausência de profissionais competentes e desprezados que deixem de serem reprodutores de um discurso corrente, que usem, ao invés da autoridade, a técnica, na hora de fazerem um estudo preliminar dos

impactos sócio-econômicos da implantação da política pública numa área. Falo isso porque, pelo que foi relatado do momento da implantação do Perímetro é que, seus elaboradores, com uma perspectiva meramente técnica, de desenvolvimento econômico, pouco pensaram nos destinos daqueles que residiam na área onde iria ser implantada a política pública, como sobreviveriam e onde residiriam.

A indenização foi apenas um analgésico à angústia que, para muitos, até hoje não foi remediada. Esse sentimento estava e ainda está ligado aos sentimentos causados pelo desengaço: à impotência de não ter escolha sob algo que interferiria em suas vidas, pois a implantação do Perímetro veio de forma imposta, usando de uma violência, não física, mas simbólica, destruindo casas, reordenando o espaço, de uma forma que os principais atores sociais nela envolvidos, diferente do que deveria ter acontecido, não foram ouvidos. Em momento nenhum tiveram escolha, apenas calaram-se por medo, renderam-se impotentes à autonomia do especialista. Àqueles que lutaram e não tiveram êxito restou a vergonha, o sentimento de fracasso e de derrota.

O trabalho de pesquisa por mim desenvolvido não pretendeu julgar se a iniciativa de implantação do Perímetro Irrigado foi correta ou não, se teve êxito ou fracassou. Para isso seria necessário um estudo bem mais aprofundado. Ele visa questionar a condição do Estado como elemento ordenador que, com uma proposta de modernização, toma para si a tarefa de promovê-la, como se fosse o único capaz.

Além deste último, pretendi ainda questionar a postura dos especialistas, daqueles que o planejaram, que o implantaram, como se fossem seres iluminados, donos da verdade que, munidos com o poder do Estado, decidiram com tanta convicção os destinos de centenas de pessoas, como se em momento nenhum estivessem sujeitos à um pequeno deslize humano, o erro, praticando assim, o citado por Certeau (1998) “*abuso de saber*”, que melhor seria qualificado como ditadura do saber, por estar alicerçada na imposição e na violência simbólica. Isso me faz lembrar de algo que muito foi estudado na academia, a relatividade. Ela freia os impulsos do profissional, mostrando-o a todo momento que não é o dono da verdade absoluta, coisa que não pôde ser percebida, em linhas gerais, pelo que foi estudado sobre os elaboradores do Projeto Executivo do Perímetro.

Assim como uma gama de intervenções governamentais, que sempre surgem com aparentes boas intenções, com propostas fabulosas de desenvolvimento e progresso, acabam não atingindo as expectativas esperadas, ou por não serem bem planejadas, ou por não serem bem executadas. A elas os órgãos executores ignoram como se não tivessem existido, esquivando-se da responsabilidade de suas execuções.

Vê-se que o problema da seca no Nordeste não é de hoje. Há séculos se tenta implantar políticas públicas de combate a ela. No entanto, por motivos diversos, entre eles, naturais e políticos, ela continua existindo, embora com efeitos menos arrasadores que na antiguidade.

Fruto de uma modernização desumana, mascarada de política pública de combate contra a seca, a desapropriação extinguiu uma vila, e dela apenas restaram escombros, pedaços da história de centenas de pessoas que ficou ali abandonado.

BIBLIOGRAFIA

1. BRASIL. Ministério do Interior. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. **Açude Público Aires de Souza: Projeto de Irrigação**. TOMO I-Dossiê Geral. Relatório de Síntese A. Fortaleza: 1972.
2. BRASIL. Ministério do Interior. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. **Açude Público Aires de Souza: Projeto de Irrigação**. TOMO I-Dossiê Geral. Relatório Geral B. Fortaleza: 1972.
3. CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer**. Vol 1. 3. ed. Editora Vozes. Petrópolis: 1998.
4. DINIZ, Aldiva Sales. A construção dos Perímetros Irrigados e a criação de novas territorialidades no sertão. In: **Modernização Excludente: Paradigmas da Agricultura**. Coletânea de textos. Organizadores: Denise Elias, José Levi Furtado Sampaio. Edições Demócrito Rocha. Fortaleza: 2002.
5. HAEBART, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: Do “fim dos Territórios” à Multiterritorialidade**. 2. ed. Editora Bertrand Brasil. 2006.
6. MARTINS, José de Souza. **Subúrbio: Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha**. 2. ed. Hucitec. Unesp. São Paulo: 2002.
7. NEVES, Frederico de Castro. (2000). A seca na história do Ceará. In.: SOUZA, Simone de (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Edições Demócrito Rocha. Fortaleza: 2000.
8. PONTES, José Oswaldo & CARNEIRO, José Adalmar Dantas. Causas e Efeitos do Programa de Irrigação do Nordeste Semi-Árido. In.: **Revista Econômica do Nordeste**. Vol 10, nº 2- Abril/Junho. Departamento de Estudos Econômicos do Nordeste do Brasil S.A-ETENE, 1979.
9. SOUZA, João Gonçalves de. **O Nordeste brasileiro: uma experiência de desenvolvimento regional**. Banco do Nordeste do Brasil. Fortaleza: 1979.

HOME PAGE

1. DNOCS. [S. l.: s.n., 200-]. Registros. Disponível em: http://www.dnocs.gov.br/php/comunicacao/registros.php?f_registro=2&f_ope=registro. Acesso em: 21 fev. 2007.

2. DNOCS. [S. l.: s.n., 200-]. Projetos: Perímetro Irrigado Ayres de Souza. Disponível em: <http://201.30.148.11/~apoen/php/projetos/projetos.php>. Acesso em: 04 set. 2006.